

## Ministério da Cultura elimina auditorias externas

Silvana Arantes

A exigência de contratação de auditorias independentes para a verificação da contabilidade de projetos autorizados pelo Ministério da Cultura a captar dinheiro público caiu na semana passada, com a publicação da Instrução Normativa nº 1, no “Diário Oficial”. A análise da execução do orçamento dos projetos passará a ser feita apenas por equipe do MinC. Regras de transição preservam as auditorias externas já contratadas para projetos em andamento. Juca Ferreira, ministro interino da Cultura e signatário da instrução, disse que a medida foi tomada em atendimento a recomendações do Tribunal de Contas da União. O TCU consideraria inadequada a regra que estipulava (em instrução normativa de 2000, agora revogada) que os próprios autores do projeto a ser auditado contratassem profissionais independentes e previssem esse gasto em sua planilha de custos. Novos projetos deverão eliminar de seus orçamentos a previsão de contratação de auditoria.

Ferreira corrobora a recomendação. “O MinC estava se ausentando de uma função que é sua.”

Folha de São Paulo - 3/10

---

## Ministério cancela licitação de sete lotes de estradas federais

José Ramos

BRASÍLIA - O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, cancelou as licitações de sete lotes de rodovias federais, seguindo determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Os lotes estão em seis Estados e representam 2.610 quilômetros de estradas. O despacho foi publicado ontem no Diário Oficial da União.

As licitações desses trechos estavam suspensas desde abril de 2002, quando seria realizada a fase de apresentação de propostas técnicas. O cancelamento ocorreu por causa de imperfeições detectadas nos editais. O ministério terá de refazer todo o estudo jurídico, técnico e ambiental desses trechos, nos próximos seis meses, e a licitação deverá demorar mais um ano após essa etapa. O ministério aproveitará a mudança para incluir novidades nos novos editais, como a realização de audiências públicas com os motoristas das rodovias. Também deverá ser adotada a revisão tarifária a cada quatro anos e a cobrança da tarifa será feita por quilômetro rodado, e não mais por praças de pedágio, como é realizada hoje.

Os trechos das licitações canceladas estão nas seguintes estradas: BR-153 (divisa Minas/ São Paulo e São Paulo/ Minas, 347,5 km); BR- 116 (Curitiba/divisa Santa Catarina-Rio Grande do Sul, 408,5 km); BR-393 (divisa Minas/ Rio- Além Paraíba, 193,6 km); BR-101 (Ponte Rio- Niterói/Campos, 320,1 km); BR- 381 (Belo Horizonte/São Paulo, 563,2 km); BR-116 (São Paulo/ Curitiba, 401,7km); BR-376 (BR-101 Curitiba/Florianópolis, 375,6 km).

O Estado de São Paulo – 14/10